



Jonas Pereira/Agência Senado



Entre Flexa e Viana, Eunício comanda a sessão que selou entendimento para beneficiar 13 mil casas lotéricas

## Senado confirma acordo da Caixa com lotéricas

Fazem parte do entendimento o reajuste de valores pagos por vários serviços prestados à instituição e a definição do mês de julho como data-base para corrigir os contratos

O acordo entre a Caixa e as lotéricas havia sido firmado na semana passada, com a intermediação do presidente do Senado, Eunício Oliveira. Prevê reajustes retroativos a

maio por uma série de serviços, como o recebimento de boletos. Para viabilizar o entendimento, elogiado por vários senadores, foi preciso rejeitar um projeto da Câmara que tratava do assunto. **3**

## Aprovada arrecadação de ISS sobre aplicativos pelo local de embarque

O Senado aprovou a proposta que muda as regras de tributação sobre os aplicativos de transporte de passageiros, como Uber, Cabify e 99Pop. O texto agora segue para a Câmara dos Deputados.

O projeto altera a dinâmica do recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), de competência dos municípios. Segundo a proposição, o tributo será cobrado pelo município do local do embarque do usuário, e não onde está sediada a empresa de tecnologia, como ocorre atualmente. O autor, Airton Sandoval, alega que a intenção é distribuir mais equitativamente entre os municípios o produto da arrecadação do ISS.

A celeridade para o projeto



Airton Sandoval é autor do texto sobre aplicativos de transporte, como Uber

foi um compromisso assumido pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, durante a 21ª Marcha dos Prefeitos a Brasília, em maio. **3**

**Faltam recursos para alimentos, conclui debate **6****

**Senadoras querem garantir fundo para candidatas **2****

Jefferson Rudy/Agência Senado



Presidente da comissão, Fátima coordena audiência com Pádua Andrade

## Conclusão de obra de transposição depende de verba, alerta ministro

O orçamento é o maior desafio para a conclusão das obras de transposição do Rio São Francisco, afirmou o ministro da Integração

Nacional, Pádua Andrade, na Comissão de Desenvolvimento Regional. Senadores ressaltaram que a obra não pode sofrer mais atrasos. **7**

## Comissão aprova revitalização da Bacia do Parnaíba

Projeto aprovado na Comissão de Meio Ambiente prevê a revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, a segunda mais importante do Nordeste, atrás da Bacia do São Francisco. A escassez de água é considerada um dos principais motivos para o baixo desenvolvimento econômico e social da região. **8**



Autor do projeto, Elmano lamenta que o rio sofra com desmatamento e poluição

**Incentivo para dessalinizar água vai à Câmara **8****

**Dalírio é eleito relator do projeto da LDO de 2019 **2****

**Ensino em escola rural pode ter nova metodologia **6****

## Para Banco Central, cadastro positivo trará eficiência

A adoção do cadastro positivo poderá dar maior eficiência ao sistema financeiro, reduzir custos bancários, aumentar a concorrência e expandir a oferta de crédito, disse o diretor de Regulação do Banco Central, Otávio Damaso, na Comissão de Assuntos Econômicos. Representantes do Cade e do Ministério da Fazenda também apoiaram o projeto. **4**



Otávio Damaso e Tasso Jereissati participam de audiência sobre spread bancário

**Projeto define prazo de julgamento de infração ambiental **8****

**Senado dá exemplo de boas práticas sustentáveis **7****

**Pena para extração de recurso mineral pode ficar maior **8****

## Novo presidente da Petrobras deve ser ouvido em colegiado

A Comissão de Infraestrutura vai ouvir o presidente da Petrobras, Ivan Monteiro, e o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco. Os pedidos são de Vanessa Grazziotin, que também propôs a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito sobre o tema. Os senadores querem entender como são determinados os preços dos combustíveis. **4**

## Plenário volta a discutir projeto sobre isenção tributária

Após a apresentação de emenda em Plenário, a proposta que padroniza a concessão de incentivos fiscais e cria mecanismos para avaliar as contrapartidas sociais voltou a ser analisada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. Na reunião, foi aprovado o relatório de Armando Monteiro. O texto segue novamente para o Plenário. **5**

Moreira Maniz/Agência Senado

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Roque de Sá/Agência Senado



# Senadoras destacam Fundo Eleitoral para candidatas

Bancada feminina quer garantir o cumprimento da resolução do TSE que determina a aplicação de 30% do valor do fundo às candidaturas femininas e igual porcentagem para o tempo de rádio e TV

A BANCADA FEMININA do Senado debateu ontem a resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que garantiu a aplicação de 30% do valor do Fundo Eleitoral às candidaturas femininas e igual porcentagem para o tempo da propaganda política no rádio e na TV.

A decisão do TSE foi disciplinada pela Resolução 23.568, de 29 de maio, relatada pelo presidente da Corte, ministro Luiz Fux. Ela determina à direção executiva nacional de cada partido detalhar os critérios para divisão das quantias, permitindo às líderes manifestarem-se a respeito.

A reunião da bancada feminina ocorreu no gabinete da procuradora especial da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), e contou com a advogada Luciana Lóssio, ex-ministra do TSE, autora da consulta das parlamentares feita em 12 de abril e respondida favoravelmente às mulheres. A advogada garantiu que a aplicação da norma valerá para as eleições de 2018 e destacou como positivo o fato de os partidos



Roque de São Agência Senado

Procuradoria da Mulher discute os desdobramentos da decisão do TSE

serem obrigados a indicar a destinação dos recursos para, só então, receber os valores.

As parlamentares concordaram em debater com as lideranças femininas dos respectivos partidos, no Senado e na Câmara dos Deputados, incentivando-as a dialogar com as direções de cada legenda. Para Vanessa, a norma contribuiu para o amadurecimento do sistema democrático brasileiro e representa o início do empoderamento político das mulheres.

— Estamos seguras de termos colaborado para que

nosso país deixe de ocupar a vergonhosa 158ª posição no ranking da participação feminina entre os parlamentos do mundo. Estamos escrevendo uma história de respeito e igualdade entre mulheres e homens na política — afirmou.

Estavam presentes as senadoras Lídice da Mata (PSB-BA), Fátima Bezerra (PT-RN), Ângela Portela (PDT-RR), Ana Amélia (PP-RS), Regina Sousa (PT-PI), Simone Tebet (MDB-MS) e Marta Suplicy (MDB-SP), a deputada Raquel Muniz (PSD-MG) e a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka.

## Colegiado confirma Dalírio como relator do projeto da LDO de 2019

O senador Dalírio Beber (PSDB-SC) foi confirmado ontem relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019. A proposta (PLN 2/2018) está em tramitação na Comissão Mista de Orçamento (CMO) desde abril.

O nome de Beber foi anunciado em reunião com os parlamentares que coordenam as bancadas partidárias no colegiado.

A designação deve dar iní-

cio à análise da proposta, que precisa ser aprovada até 17 de julho para que Congresso tenha o recesso parlamentar do meio do ano (18 a 31 de julho), garantido pela Constituição.

Apesar do calendário apertado, o presidente da comissão, deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA), afirma que a votação do projeto da LDO deve ocorrer dentro do prazo.

— Acredito que a gente vai cumprir [o prazo].

**HÁ 30 ANOS**

### Constituintes definem duração de mandato presidencial de Sarney

A Assembleia Nacional Constituinte concluiu a aprovação do texto permanente da nova Carta e iniciou a análise do Ato das Disposições Transitórias, dizia o *Jornal da Constituinte* de 6 de junho de 1988. Um dos itens votados foi o mandato do presidente José Sarney, fixado em 5 anos. Outro foi a realização de plebiscito, em 1993, sobre a forma (República ou Monarquia) e o sistema de governo do país (parlamentarismo ou presidencialismo).

Veja esta edição do *Jornal da Constituinte*: <http://bit.ly/JornalConstituinte50>

#### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.



Jonas Pereira/Agência Senado

O presidente do Congresso, Eunício Oliveira, foi homenageado ontem na Defensoria Pública da União pelo apoio ao fortalecimento da instituição. O senador ressaltou que a Defensoria tornou-se essencial como função do Estado. “A carreira de defensor público contribuiu para a universalização e democratização dos serviços que o Judiciário presta à população”, disse. A homenagem foi feita na posse dos 26 novos defensores públicos federais, presidida pelo defensor público-geral federal, Carlos Eduardo Paz.

## Lasier critica Gilmar Mendes por soltar 19 presos em 20 dias

A sociedade está indignada com decisões do Supremo Tribunal Federal de mandar soltar presos de operações como a Lava Jato, disse Lasier Martins (PSD-RS). Ele criticou o ministro do STF Gilmar Mendes.

— Em 20 dias, Sua Excelência soltou 19 presos — disse.

Ele criticou a falta de interesse do ministro, quando presidente do Tribunal Superior Eleitoral, de implantar voto impresso e pediu ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, que submeta ao Plenário pedido de impeachment de Gilmar.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Wilder comenta dados do Atlas da Violência 2018

Wilder Morais (DEM-GO) afirmou que o *Atlas da Violência 2018* mostra a situação trágica da segurança pública. Segundo o senador, a situação chegou a esse ponto por motivos como a impunidade e a legislação inadequada.

Ele defendeu a aprovação da proposta de emenda à Constituição que cria a Polícia Nacional de Fronteiras, do projeto que reforça as polícias e da proposta que permite a aquisição e posse de arma de fogo por quem vive na zona rural.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Lídice da Mata lamenta número de homicídios no país

Segundo os números do recém-divulgado *Atlas da Violência 2018*, o Brasil superou a taxa de 30 homicídios por 100 mil habitantes, destacou Lídice da Mata (PSB-BA).

A estatística mostra que o maior número de assassinatos envolve homens jovens e negros da periferia. A senadora acrescentou que os homicídios já são a maior causa de morte de homens entre 15 e 19 anos. Ela lamentou o aumento nos casos de estupros e a tendência de migração da violência de uma região para outra.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CDH/CAS População LGBT na velhice**  
8h30 Audiência conjunta para debater envelhecimento da população LGBT.
- CDR Zona Franca Verde**  
9h Entre 7 itens, o PLS 68/2016, sobre isenções para a Zona Franca Verde.
- CAS/CE Competências sociais**  
9h30 Audiência conjunta sobre competências sociais no mercado de trabalho. Depois, a CAS tem pauta de 18 itens.
- CCJ Uso de crianças em crimes**  
10h O PLS 358/2015, que aumenta penas para adultos que usam crianças ou adolescentes em crimes, é um dos 20 itens.
- CRE Japão e Equador**  
10h Sabatina de embaixadores.
- CPI DOS CARTÕES Audiência**  
10h05 Debate interativo com representantes do Banco Central, do Cade e do Ministério da Fazenda.
- CTEC Financiamentos cancelados**  
11h Na pauta, o PLS 308/2017, que regula a devolução de dinheiro por cancelar financiamentos, e mais 7 itens.
- CSE Pedidos de audiência pública**  
11h30 Análise de requerimentos.
- CDH Brinquedos adaptados**  
14h Na pauta de 16 itens, o PLS 382/2011, que obriga cota de brinquedos para crianças com deficiência em shoppings.
- CMO Ministro do Planejamento**  
14h Audiência com Esteves Pedro Colnago Junior, sobre o projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2019.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**  
14h Na pauta, o PRS 28/2018, que autoriza Maracanaú (CE) a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
- CMMC Plano de trabalho**  
14h30 Análise do plano de trabalho.
- CMCVM Sequestro de crianças**  
14h30 Audiência interativa para debater aspectos civis do sequestro internacional de crianças.
- MP 829/2018 Contratos de ministérios**  
14h30 Instalação da comissão mista e eleição de presidente e vice.
- MP 830/2018 Fim do Fundo Soberano**  
14h40 Instalação da comissão mista e eleição do presidente e vice.
- MP 831/2018 Frete da Conab**  
14h50 Instalação da comissão mista e eleição de presidente e vice.
- MP 832/2018 Transporte de cargas**  
15h Instalação da comissão mista e eleição de presidente e vice.
- MP 833/2018 Pedágio para caminhão**  
15h10 Instalação da comissão mista e eleição de presidente e vice.

#### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>





# Plenário ratifica acordo entre Caixa e lotéricas

Entendimento firmado com intermediação do presidente do Senado, Eunício Oliveira, prevê reajuste dos serviços prestados ao banco e definição de uma data-base para correção dos contratos

O PLENÁRIO CONFIRMOU ontem acordo firmado na semana passada entre a Caixa Econômica Federal e a Federação Brasileira das Empresas Lotéricas (Febralot), intermediado pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, para reajustar o valor de serviços pagos pela instituição às casas lotéricas pelo recebimento de boletos, faturas e convênios. Como previsto no entendimento, os senadores rejeitaram projeto de lei da Câmara (PLC 1/2018) que alterava a tabela de valores.

O compromisso, acertado no gabinete da Presidência do Senado, prevê a correção dos contratos com data retroativa a maio e define o mês de julho como data-base para a correção dos contratos (veja quadro ao lado). O acordo beneficia 13 mil lotéricos, que atendem 120 milhões de usuários.

Com a decisão, o projeto foi arquivado. Senadores elogiaram a negociação. Eunício Oli-

veira lembrou que “havia uma tensão muito grande” entre as duas partes, que foi resolvida “por meio de entendimento”.

— Parabéns aos lotéricos do Brasil pela luta e pela perseverança. Mas acima de tudo pela consciência de que o melhor caminho encontrado foi o entendimento, o reajustamento justo e possível, para que todos possam continuar trabalhando honestamente e sustentando suas famílias — afirmou.

Eduardo Braga (MDB-AM) lembrou que as lotéricas são o único acesso de moradores de pequenas cidades ao serviço bancário.

— Em municípios distantes, a situação estava de tal forma inviabilizada que o faturamento das lotéricas era menor do que o custo de funcionamento. Este acordo viabiliza a presença das lotéricas, que representam os bancos nas cidades onde eles não estão.

Para Omar Aziz (PSD-AM), o Senado fez a sua parte ao rejei-



Waldemir Barrato/Agência Senado

Para viabilizar negociação acertada com aval do Senado, Plenário precisou rejeitar projeto que veio da Câmara

tar a proposta. Ele parabenizou os lotéricos, que “conseguiram ter um reajuste compatível com os serviços prestados à sociedade brasileira”.

O compromisso foi celebrado ainda por José Agripino (DEM-RN). Para ele, o acordo foi o resultado “da capacidade de entendimento após um longo trabalho de negociação e consenso”.

Lindbergh Farias (PT-RJ) e Hélio José (Pros-DF) também elogiaram a condução do processo por Eunício.

## Remuneração

	ATUAL	A PARTIR DE 2/5/2018	A PARTIR DE 2/7/2018
Concessionárias	R\$ 0,53	R\$ 0,63	R\$ 0,73
Boletos de cobrança da Caixa	R\$ 0,65	R\$ 0,80	R\$ 0,80
Boletos de cobrança de outros bancos	R\$ 0,65	R\$ 0,80	R\$ 0,80
Tributos (municipais, estaduais e federais)	R\$ 0,53	R\$ 0,63	R\$ 0,73
Pagamento eletrônico da Caixa	R\$ 0,65	R\$ 0,65	R\$ 0,73

## Segue para a Câmara projeto sobre transporte por aplicativo

A proposta que muda as regras de tributação sobre os aplicativos de transporte de passageiros, como Uber, Cabify e 99Pop, foi aprovada ontem em Plenário. A celeridade na análise do projeto (PLS 493/2017 — Complementar) foi um compromisso assumido pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, durante a 21ª Marcha dos Prefeitos a Brasília, ocorrida em maio. O texto agora segue para avaliação da Câmara dos Deputados.

Do senador Airton Sandoval

(MDB-SP), o projeto altera a dinâmica do recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), de competência dos municípios. Conforme a proposição, o tributo será cobrado no local do embarque do usuário, e não no município onde está sediada a empresa de tecnologia, como ocorre atualmente. O autor alega que a intenção é distribuir mais equitativamente a arrecadação do ISS.

Durante a tramitação na Comissão de Assuntos Econômi-

cos (CAE), o relator, Armando Monteiro (PTB-PE), ponderou que a simples modificação do local onde se considera prestado o serviço colocaria as empresas que administram os aplicativos em situação crítica, considerando os milhares de municípios brasileiros, cujas administrações tributárias poderiam exigir informações e obrigações acessórias diferentes. Por isso, ele propôs no substitutivo a instituição de uma nota fiscal de serviços, com modelo único e simplifi-

cado, e a criação de um comitê gestor nacional para administrar o recolhimento.

Renan Calheiros (MDB-AL) criticou a proposta que, segundo ele, pode aumentar a carga tributária, já que os motoristas “não pagam e vão passar a pagar”. Mas Armando Monteiro negou que o projeto “aumente um centavo” na carga tributária, pois apenas redistribui valores arrecadados. Ricardo Ferraço (PSDB-ES) concordou que a redistribuição é o mérito do projeto.

Simone Tebet (MDB-MS) elogiou o trabalho do autor e do relator, registrando que o projeto traz justiça na distribuição fiscal. Ronaldo Caiado (DEM-GO) disse que a medida evita a concentração do ISS, auxiliando as finanças de estados e municípios. José Medeiros (Pode-MT) lembrou que todo prestador de serviço paga ISS e o projeto apenas alcança mais uma classe de profissionais.

— Taxista e motorista de aplicativo têm que pagar imposto — disse Medeiros.

## Aprovados nomes indicados para agências de saúde e de transporte

O Plenário aprovou ontem os nomes indicados para as diretorias da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O engenheiro civil Weber Ciloni foi escolhido para diretor da ANTT e o advogado Rogério Scarabel Barbosa foi aprovado para fazer parte da diretoria da ANS. A indicação de Barbosa foi criticada por Randolfé Rodrigues (Rede-AP) e Reguffe (sem partido-DF) porque o advogado trabalhou em um escritório que representa operadoras de planos de saúde.

## Embaixada brasileira na Alemanha terá novo titular

O diplomata Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos foi aprovado ontem, pelo Plenário do Senado, como embaixador brasileiro na Alemanha.

Com o parecer favorável de Lasier Martins (PSD-RS), o nome foi aprovado com 39 votos favoráveis, 1 abstenção e 1 voto contrário.

José Serra (PSDB-SP), Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e Jorge Viana (PT-AC) elogiaram Jaguaribe, que já foi embaixador brasileiro na China e no Reino Unido. Todos afirmaram que o diplomata possui excelentes qualificações para o cargo.

## Alexandre Parola é escolhido para vaga de delegado do Brasil na OMC

O embaixador Alexandre Parola será o novo delegado permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) e a outras organizações econômicas sediadas em Genebra, na Suíça. A indicação foi aprovada em Plenário ontem.

Durante a sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE), em maio, ele disse que a OMC cumpre papel relevante, mas seu modelo multilateral encontra-se em xeque.

— A OMC corre risco de deixar de existir. Caso isso venha a ocorrer, será algo muito ruim para o Brasil — alertou.

## Rudson Leite assume vaga no Senado pelo estado de Roraima

Tomou posse ontem Rudson Leite (PV-RR), que assume a vaga como segundo suplente de Telmário Mota (PDT-RR). O primeiro suplente da chapa, Thieres Pinto (PTB-RR), solicitou licença-saúde de 2 dias e licença particular de 180 dias.

O novo senador tem 54 anos, é empresário e natural de Boa Vista. Atualmente, ocupa o cargo de presidente estadual do Partido Verde. Em Plenário, lembrando sua trajetória política, ele agradeceu familiares, amigos, apoiadores e companheiros de partido.

Sobre a situação de Roraima, enfatizou os proble-



Waldemir Barrato/Agência Senado

Rudson Leite é empresário e preside o Partido Verde no estado

mas na segurança pública e na saúde, classificando a chegada dos imigrantes venezuelanos como um agravante à situação.

— Roraima vive à beira de um apagão — declarou.



# Comissão deve ouvir novo presidente da Petrobras

Senadores querem que Ivan Monteiro e Moreira Franco, ministro de Minas e Energia, expliquem como são calculados os preços dos combustíveis. Vanessa Grazziotin quer também a criação de uma CPI

A DISCUSSÃO SOBRE a necessidade de rever a política de formação de preços dos combustíveis praticada pela Petrobras dominou a reunião ontem da Comissão de Infraestrutura (CI). Para analisar como são determinados esses preços e entender os reajustes impostos à população nos valores do diesel, gasolina e gás de cozinha, os senadores aprovaram requerimentos para ouvir o novo presidente da Petrobras, Ivan Monteiro, e o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco. Os pedidos são de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que também propôs a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre o tema.

— Essa política de reajustes diários não existe em lugar

nenhum do mundo — criticou. De acordo com o requerimento, a CPI teria caráter diferenciado, por durar apenas 30 dias e se concentrar na investigação da política de preços. A intenção é estudar como a estatal calcula os reajustes e o que poderia ser proposto para se chegar a uma fórmula que equilibre os ganhos da empresa e não penalize os consumidores.

Uma das propostas seria a revisão do pacto federativo tributário e a alteração da cobrança do ICMS pelos estados. O impacto desse imposto sobre a gasolina, por exemplo, chega a 35% no Rio de Janeiro.

— Essa CPI não tem o objetivo das outras: investigar crimes ou a má aplicação de recursos públicos. Seria uma

CPI para que pudéssemos abrir a caixa preta de preços, volume de produção, exportação e importação, o que importamos, como importamos, como tributamos e de que forma isso chega até a bomba do posto de gasolina e até o consumidor — explicou o presidente da CI, Eduardo Braga (MDB-AM).

Ainda sobre as consequências do movimento de paralisação dos caminhoneiros, o senador Lasier Martins (PSD-RS) propôs audiência pública para debater o sistema logístico brasileiro, com objetivo de conhecer os programas, ações e investimentos feitos para diversificar os modais de transporte no país.

Pelo requerimento aprovado na Comissão de Infraestrutura, deverão ser convidados os ministros do Planejamento, Esteves Colnago, e dos Transportes, Valter Casimiro, o presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), Gustavo Bambini, e o diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fabiano Pompermyer.



Otávio Damaso, Tasso Jereissati, Cristiane Schmidt e Manoel Pinho

## Cadastro positivo reduz custos, diz diretor do Banco Central

O projeto de lei complementar que prevê a adoção do cadastro positivo — já aprovado no Senado e em tramitação na Câmara — poderá dar maior eficiência ao sistema financeiro, reduzir os custos bancários, aumentar a concorrência e expandir a oferta de crédito mais barato à sociedade. Foi o que disse o diretor de Regulação do Banco Central, Otávio Damaso, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre alternativas para redução do *spread* bancário — diferença entre o que os bancos pagam na captação de recursos e o que cobram na concessão de empréstimos.

— O Brasil está atrás nesse processo, vários países já tem o cadastro desenvolvido há muito tempo — disse.

O projeto (PLP 441/2017, na Câmara) torna obrigatória a inclusão de consumidores e empresas no cadastro positivo. Damaso destacou que o processo de inovação tecnológica contribuirá para que o sistema financeiro tenha uma nova arquitetura nos próximos dez anos, aliado às demandas da sociedade, que está mudando a forma de se relacionar com as instituições financeiras. Ele defendeu a agenda implantada há dois anos pelo Banco Central, em favor da inclusão de novos agentes econômicos no mercado, e disse que a acessibilidade de novos serviços tem aumentado a concorrência e a oferta de crédito.

— Há bancos sem agências,

mas com contas correntes em três mil municípios, o que não existia dez anos atrás. O processo que prevê a adoção de duplicata digital também favorece a concorrência.

Na avaliação de Armando Monteiro (PTB-PE), a contração do crédito tem sido fortemente responsável pela tão débil recuperação econômica que o Brasil está experimentando, sobretudo no que diz respeito ao crédito corporativo, “que continua extraordinariamente travado”.

A representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Cristiane Junqueira Schmidt, disse que o Estado deve ficar atento aos atos de concentração do mercado, que podem atrasar o processo de “desbancarização” trazido pelo surgimento das *fintechs* (novas empresas do setor financeiro).

— O papel do Banco Central e do Cade é imprescindível para encurtar o tempo da desbancarização e diminuir o poder de mercado dos bancos de forma permanente. A aprovação do cadastro positivo vai na linha corretíssima.

O secretário de Promoção da Produtividade do Ministério da Fazenda, João Manoel Pinho de Mello, registrou a queda na taxa básica de juros. Ele apontou o aumento brutal do crédito após a adoção de consignação pessoal em folha de pagamento, e disse que a inovação tecnológica vai dar segurança e resolver o problema da competição no mercado financeiro.

## Projeto transforma multas leve e média em pena de advertência

Começou a tramitar no Senado o PLS 255/2018, que transforma em advertência a multa leve ou média aplicada a condutor que não tiver cometido nenhuma infração nos últimos 12 meses. A iniciativa é de Wilder Moraes (DEM-GO), que não concorda com a prática de não se considerar a aplicação da advertência, mas sim a aplicação imediata da multa.

Segundo o senador, a autoridade competente deveria como regra aplicar primeiro a pena menos grave (a advertência). Em caso de rein-

cidência, aplica-se a punição mais rigorosa (a multa):

— Mesmo bons condutores podem cometer infração de trânsito de natureza leve ou média em momento de distração. A advertência por escrito parece a medida mais justa para um condutor com registro de bom comportamento — afirmou Wilder.

O projeto foi apresentado em 23 de maio e encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em caráter terminativo. Sendo aprovado sem recurso ao Plenário, segue para a Câmara.



Presidente da CI, Eduardo Braga apoia a investigação sobre a Petrobras

## Preço do diesel será tema de audiência pública

A pedido de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), a política de preço do óleo diesel e da gasolina vai a ser tema de debate na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Os senadores aprovaram ontem requerimento de audiência pública.

Para Ferraço, o problema ainda não foi resolvido. É necessário avaliar como é feita a redução do preço do diesel das refinarias para os postos e por que o preço ao consumidor ainda não reflete a diminuição dos R\$ 0,46 por litro, se as

refinarias já reduziram o valor. “É necessário que tal redução chegue ao consumidor final. É preciso garantir que esse elevado esforço fiscal do governo se traduza em redução de custos efetivos ao consumidor final. Há relatos de que boa parte dessa redução se perde ao longo da cadeia de distribuição, transporte e venda de combustíveis”, alega o senador.

Serão convidados para a reunião representantes da Agência Nacional do Petróleo (ANP), da Federação Nacional

do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis), da Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência.

A CAE aprovou também requerimento discutir o manifesto *Reforma Tributária Solidária — menos desigualdade, mais Brasil*, elaborado pela Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal (Anfip) e pela Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco).

## Governo não vai resolver crise dos combustíveis, afirma Humberto

Humberto Costa (PT-PE) disse que as medidas propostas pelo presidente Michel Temer não solucionarão a crise dos combustíveis. Ele criticou o desvio de verbas de setores como saúde e educação para compensar os gastos do governo para financiar a manutenção dos preços do diesel.

O senador lembrou que também serão retirados mais de R\$ 1 bilhão em recursos destinados à conservação de estradas. Assim, segundo ele, para tentar oferecer um valor menor do diesel para os caminhoneiros, o governo vai destruir as estradas por onde os caminhões passam.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Ana Amélia pede previsibilidade no valor do diesel e da gasolina

Para Ana Amélia (PP-RS), deve haver previsibilidade nos preços dos combustíveis e não aumento constante, que supera a inflação. Ela lembrou que, mesmo com as mudanças em relação ao diesel, o problema continua com a gasolina. A senadora disse que o trabalhador recebe em reais e paga o combustível com o preço calculado em dólares.

Ana Amélia ainda criticou a concessão de subsídios a setores privilegiados e pediu que essa distorção seja enfrentada. Ela disse que, nos últimos 15 anos, foram gastos pelo governo com subsídios R\$ 4 trilhões.



Waldemir Barreto/Agência Senado



# Regulamentação de isenção tributária volta a Plenário

Relatório sobre regras para concessão de benefícios tributários por municípios, estados e União foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos e o texto segue para nova análise dos senadores

APÓS A APRESENTAÇÃO de uma emenda de Plenário, a proposta que regulamenta a concessão de benefícios tributários por municípios, estados e União voltou a ser analisada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Na reunião, foi aprovado o relatório de Armando Monteiro (PTB-PE) e o texto segue novamente para o Plenário.

O projeto (PLS 155/2015 — Complementar), de Lúcia Vânia (PSB-GO), objetiva padronizar as leis desses incentivos fiscais e criar mecanismos de controle para avaliar se as renúncias de receitas têm trazido contrapartidas sociais.

Entre os mecanismos criados na redação dada pelo relator, está a previsão de que os entes da Federação deverão apresentar relatório anual detalhado com informações sobre os benefícios tributários vigentes, inclusive estimativa de renúncia de receita e avaliação dos resultados proporcionados pelos benefícios.

Esse relatório anual será apreciado pelo respectivo Poder Legislativo, juntamente com proposta da lei do Orçamento anual, e apresentado,

tanto quanto possível, com a mesma classificação e abertura das despesas orçamentárias.

A emenda de Plenário apresentada por José Serra (PSDB-SP) inclui no texto a previsão de que esses relatórios também serão utilizados na avaliação periódica de funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

## Instrumentalização

Na justificativa, o autor argumenta que a Emenda Constitucional 42, de 2003, atribuiu ao Senado essa competência. A medida, portanto, ajudaria a Casa a cumprir sua função. Armando acatou a sugestão.

“A emenda apresentada pretende tornar efetiva e instrumentalizar essa relevante competência do Senado, na busca do equilíbrio fiscal e da funcionalidade do Sistema Tributário Nacional”, afirma em seu voto.

Conforme o projeto, “considera-se benefício de natureza tributária a desoneração legal de tributo, em exceção a sua legislação de referência, de forma subjetiva, com o fim de alcançar objetivos de interesse público, em caráter compensatório ou incentivador”.

O projeto altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).



Armando Monteiro apresentou relatório acatando emenda de Plenário

# Leite pode entrar em política que garante preço mínimo

Projeto de lei aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ontem autoriza o Executivo a incluir o leite entre os produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). A medida beneficia os produtores rurais, sobretudo os pequenos e médios, que tendem a sofrer mais com as oscilações de preço do mercado. O texto (PLC 215/2015) segue com pedido de urgência para o Plenário do Senado.

A política destina-se a promover a melhor competitividade das cadeias produtivas da agricultura brasileira, principalmente em situações de queda acentuada do preço das mercadorias agrícolas. Uma vez inserido na PGPM, o leite poderá ter um valor mínimo de compra estabelecido pelo governo. A diferença entre o valor fixado dos produtos e o valor real de mercado é repassada pelo Estado ao produtor, de modo que não haja prejuízos financeiros para o cidadão.

Pelo projeto, os recursos necessários para a inclusão do leite na pauta da PGPM devem ser alocados pelo governo quando da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da proposta orçamentária anual.

O relator na comissão, Waldemir Moka (MDB-MS), foi favorável à proposta. O senador ressaltou que a medida é apenas autorizativa, ou seja, não obriga o Executivo a incluir o leite na pauta dos produtos amparados pela política. Ainda assim, o projeto foi elogiado por vários senadores que destacaram a importância do segmento para o país.

— O que se propõe aqui é um projeto autorizativo. O Senado não tem a prerrogativa de propor a inclusão do leite nessa política de preços mínimos, mas pode lembrar a quem tem esse direito de que é importante fazê-lo — assinalou.

A Pesquisa Trimestral do Leite, realizada pelo IBGE, indicou que, no acumulado do ano passado, foram captados 24,12 bilhões de litros de leite, 4,1% a mais que em 2016. Depois de dois anos em queda, em 2015 e 2016, o volume de leite aumentou. No primeiro trimestre de 2018, a produção foi de pouco mais de 6 bilhões de litros, volume pouco menor do que o registrado em outubro, novembro e dezembro de 2017.

O projeto já havia sido aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

# Avança seguro-desemprego para trabalhador extrativista vegetal

Os seringueiros, produtores de açaí e outros extrativistas vegetais que exerçam atividade profissional ininterruptamente, de forma artesanal ou em regime de economia familiar, poderão ter direito a receber seguro-desemprego enquanto estiverem impedidos de trabalhar, assim como acontece com pescador durante o período de defeso. É o que estabelece o PLS 156/2018, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A nova redação proposta pela senadora estende ao trabalhador extrativista vegetal o pagamento de um salário mínimo no período em que a atividade for considerada pelo Ibama como estando imprópria ou não recomendável. De acordo com o Censo de 2010, há 83.585 extrativistas em situação de empregado sem carteira ou por conta própria.

“Como a pesca, o extrativismo vegetal sofre com a quebra na regularidade da renda e envolve um significativo contingente populacional, princi-

palmente nas Regiões Norte e Centro-Oeste. No extrativismo, as atividades, além de caracterizadas pela sazonalidade, devem ser, muitas vezes, limitadas ou mesmo proibidas por normas legais, como forma de assegurar sua sustentabilidade”, argumenta Vanessa.

Só terá direito ao seguro-desemprego o extrativista vegetal que não tenha outra renda. O trabalhador beneficiário não poderá, no mesmo ano, receber mais de um seguro-desemprego decorrente de impedimentos de atividade extrativista relativos a espécies distintas. A proposta estabelece um conjunto de requisitos necessários para que o extrativista tenha acesso ao benefício como a apresentação de documentação mínima ao INSS, que divulgará mensalmente a lista dos beneficiários.

A relatora, Regina Sousa (PT-PI), recomendou a aprovação do projeto. A senadora destacou que a medida proporcionará maior estabilidade de renda ao trabalhador extrativista ao mesmo tempo em que contribuirá com a preservação das florestas.

# Cidade cearense deve fechar empréstimo com BID

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o pedido de autorização para contratação de crédito externo entre Maracanaú (CE) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 31,7 milhões. O recurso destina-se ao financiamento parcial do Programa de Transporte e Logística Urbana de Maracanaú (Translog).

O pedido para contratação de crédito (MSF 48/2018) foi convertido em um projeto de resolução que segue agora

com pedido de urgência para o Plenário. A operação, garantida pela União, tem prazo de 300 meses, com contrapartidas do município e atualização pela variação cambial.

Fazem parte do programa as obras de melhoria nos principais corredores da cidade, interligação dos bairros periféricos com a região central do município, integração dos diversos modos de transporte (ônibus, metrô e bicicletas, por meio de ciclovias e ciclofaixas) e

otimização da logística para escoamento da produção dos distritos industriais.

“O programa a ser financiado promove melhorias na infraestrutura de transportes e no sistema viário contribuindo para redução de acidentes de trânsito, facilitando o deslocamento da carga urbana, do transporte coletivo e não motorizado”, observa o relator, Armando Monteiro (PTB-PE).

Ele ressaltou que a operação de crédito atende a todas as exigências.

# Projeto aumenta área de livre comércio no Amapá

A Área de Livre Comércio de Macapá e Santana pode se estender aos municípios que fazem divisa com as duas cidades. É o que estabelece o Projeto de Lei do Senado (PLS) 25/2016, de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O texto determina a inclusão de Mazagão, Porto Grande, Ferreira Gomes, Itaúbal, Cutias e o município de Amapá à área de livre comércio, criada pela Lei

8.387, de 1991. Localizada na fronteira com a Guiana Francesa, ocupa uma área de 220 quilômetros quadrados onde são desenvolvidas atividades de mineração, agricultura, pecuária e piscicultura.

“Há que se estender a abrangência dessa Área de Livre Comércio aos municípios fronteiriços a Macapá e Santana para que o desenvolvimento da região metropolitana efetivamente seja levado a cabo, dada a umbilical ligação econômica

desses municípios”, justifica Randolfe.

O relator, Davi Alcolumbre (DEM-AP), disse tratar-se de iniciativa fundamental para o desenvolvimento da economia amapaense.

“A iniciativa contribui para melhorar a qualidade de vida da população, para a geração de emprego e renda e para a conservação da natureza”, afirma o senador.

O texto segue agora para a Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR).



# Debate expõe falta de verbas para programa de compra de alimentos

Audiência na Comissão de Agricultura avaliou ação governamental destinada a combater a fome e fortalecer a agricultura familiar

POR FALTA DE recursos, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) enfrenta dificuldades para expandir o combate à fome e à pobreza e para fortalecer a agricultura familiar. Essa foi uma das conclusões a que chegaram os debatedores de audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), ontem, para avaliar o programa.

Para a senadora Ana Amélia (PP-RS), que pediu a reunião, o PAA é uma ação governamental que ajuda a garantir renda ao pequeno produtor, além de contribuir com a segurança alimentícia e nutricional. Ana Amélia lembra que o assunto é tão importante que o objetivo da avaliação de política pública da CRA neste ano é justamente identificar possíveis aprimoramentos ao programa.

No entanto, os recursos previstos para a ação diminuem a cada ano, como revelou o diretor do Departamento de Apoio à Aquisição e à Comercialização da Produção Familiar do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), José de Almeida. A Lei Orçamentária Anual (LOA) previu para o PAA R\$ 560 milhões em 2016, R\$ 312 milhões em 2017 e R\$ 374 mi-



Presidente da comissão, Ivo Cassol (C) critica a falta de recursos para fortalecer o programa

lhões em 2018. E os valores sofreram contingenciamento.

— Este ano, 55% do orçamento previsto na LOA foi cancelado. O Ministério do Desenvolvimento Social está pleiteando uma recomposição orçamentária, via projeto de lei do Executivo, de mais 210 milhões — informou.

## Articulação

Almeida disse que as crescentes restrições orçamentárias demandam ação mais articulada entre os entes federados, a sociedade civil e o Poder Legislativo, com a sensibilização dos parlamentares para aprovação da recomposição do orçamento, o que permitirá o avanço do programa.

O presidente da CRA, Ivo Cassol (PP-RO), e o senador Waldemir Moka

(MDB-MS) criticaram a falta de recursos financeiros e orçamentários para o fortalecimento do PAA.

O Tribunal de Contas da União (TCU) promoveu auditorias para avaliar o PAA nos estados. Segundo o diretor da Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente do TCU, Hugo Freire, foi possível constatar a ausência de critérios objetivos e o agravamento de diferenças regionais que comprometem o programa.

— Há indícios de irregularidade em 9,7% dos beneficiários fornecedores. Esse número pode estar causando um prejuízo potencial de R\$ 96 milhões. Isso compromete o incentivo à agricultura familiar por meio da geração de renda e a promoção do acesso à alimentação, que gera segurança alimentar — avaliou.

## Raupp celebra seguro ambiental para grandes empreendimentos

Em pronunciamento no Plenário ontem — Dia Mundial do Meio Ambiente — Valdir Raupp (MDB-RO) comemorou aprovação de projeto dele na Comissão de Meio Ambiente (CMA) que obriga a contratação de seguro ambiental em caso de atividades e empreendimentos para os quais seja exigido licenciamento ambiental.

— Vai evitar aquilo que aconteceu lá em Mariana, com a Samarco e a Vale do Rio Doce, e tantos outros desastres ecológicos que não tinham cobertura de seguro.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Vanessa comemora seguro-desemprego a extrativistas vegetais

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou a aprovação de projeto dela que assegura pagamento do seguro-desemprego a extrativistas vegetais que ficarem impedidos de exercer sua atividade em períodos não recomendáveis à exploração. O PLS 156/2018 foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

— A manutenção desses trabalhadores, que além de efetivamente ocupar a Amazônia, território imenso, permite que tenhamos acesso a pelo menos 37 produtos diferentes, decorrentes do extrativismo, como o cupuaçu e o açaí.

## Comissão aprova novo método de ensino para área rural

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem o parecer do senador Pedro Chaves (PRB-MS) favorável ao projeto que inclui a Pedagogia da Alternância na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), como uma das metodologias a serem adotadas pelas escolas em áreas rurais.

A Pedagogia da Alternância, desenvolvida primeiramente na França, busca compatibilizar as atividades

teóricas da educação escolar com as atividades práticas do campo. O PLC 184/2017 segue agora para votação do Plenário do Senado.

O método prevê que durante duas semanas os jovens aprendam na escola conhecimentos gerais e técnicos voltados para a realidade agrícola. Na quinzena seguinte, o estudante aplica esses conhecimentos no campo, geralmente em propriedades familiares

ou nos arredores da escola. O método foi estabelecido por educadores e camponeses franceses em 1935, tendo chegado ao Brasil em 1969.

Chaves destacou durante a votação que a Pedagogia da Alternância, apesar de ainda não prevista na LDB, “tem gerado resultados significativos onde é aplicada”. Ele citou dados da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (Unefab) e das Associações Regionais das Casas Familiares Rurais (Arcafar), segundo os quais já há 270 instituições que adotam o modelo no país, atendendo cerca de 17 mil estudantes.

— Organizar de forma dinâmica e múltipla a sala de aula é um dos fatores que conduzem à qualidade na educação. Engessar as escolas, limitando-se a padrões tradicionais, é também promover evasão, repetência e exclusão. O pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas casa muito bem com as demandas específicas do campo, por exemplo — disse Chaves.



Antonio Anastasia e o relator, Pedro Chaves, na votação do projeto que institui o método

## Paim pede renegociação de dívidas de produtores de leite com bancos

Paulo Paim (PT-RS) disse que os produtores de leite do Rio Grande do Sul precisam renegociar com os bancos as dívidas resultantes da paralisação dos caminhoneiros.

Paim informou que eles não estão pagando o que devem porque não venderam o leite durante os dias em que o transporte foi prejudicado.

— O transporte do leite não aconteceu da propriedade dos agricultores para a cidade, ocasionando o descarte do produto.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burl  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.



# Transposição precisa de recursos, diz ministro

Conclusão das obras que levarão água do São Francisco a 396 cidades depende de orçamento, afirmou Pádua Andrade em audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional

O MAIOR DESAFIO para a conclusão das obras de transposição das águas do Rio São Francisco é orçamentário, afirmou ontem o ministro da Integração Nacional, Pádua Andrade, em audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Ele esclareceu os senadores principalmente sobre o andamento das obras no trecho do Eixo Norte 1 e do ramal do Apodi, no Rio Grande do Norte.

Para garantir o calendário, a maior preocupação do governo é a construção da Barragem de Oiticica, entre os municípios de Jurucutu, Jardim de Piranhas e São Fernando. Como o projeto inicial sofreu alterações, o ministro informou que os recursos são suficientes para apenas mais quatro meses. E seriam necessários ainda R\$ 238 milhões para a conclusão do reservatório.

— É para esse recurso que a gente tem que buscar apoio, encontrar uma alternativa. Essa obra não pode parar, porque é maior obra hídrica do estado. E é fundamental a participação da bancada do Rio Grande do Norte [no Senado] — disse.

A presidente da comissão, Fátima



Pádua Andrade com Fátima Bezerra, que sugeriu audiência no Ministério do Planejamento

Bezerra (PT-RN), recomendou uma audiência no Ministério do Planejamento.

— Considerando a urgência, sugiro ao ministro a solicitação da audiência quanto antes, convidando o governador, a bancada e as demais autoridades, como o procurador-geral do estado, Eudo Leite. A obra não pode mais sofrer atraso — ressaltou a senadora.

José Agripino (DEM-RN) destacou

a necessidade de recursos federais e estaduais para perenizar os rios da região. O Nordeste sofre há seis anos com a seca, amenizada com poucas chuvas nos primeiros meses de 2018.

— Neste momento temos no conjunto das barragens do estado 30% do volume necessário. É o nosso “seguro-água”. Em função das chuvas que caíram, ainda que precariamente, teremos água até

dezembro. Mas o que vai ser dos próximos anos? — questionou.

No fim de abril, a empresa responsável pelas obras do Eixo Norte não cumpriu o cronograma e o contrato de prestação de serviços foi rompido. Após a contratação de nova construtora, Pádua Andrade garantiu que o ritmo de trabalho está acelerado para a finalização das obras.

O ministro informou que hoje os canteiros de obras têm turnos de 24 horas e mobilizam cerca de 1 mil trabalhadores. O número deve subir para 3 mil até o fim do mês, com a inauguração da última estação elevatória do Eixo Norte em Salgueiro (PE). As águas ainda terão que passar pelo reservatório de Jati, no Ceará, seguir até a Paraíba e só depois chegar ao Rio Piranhas, no Rio Grande do Norte. A previsão é que isso ocorra até outubro.

A transposição deve beneficiar 12 milhões de pessoas em 396 municípios de quatro estados: Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. São 477 quilômetros de obras nos dois eixos (Leste e Norte), 27 reservatórios, 4 túneis, 13 aquedutos e 9 estações de bombeamento.

## No Dia do Meio Ambiente, Senado compartilha boas práticas de sustentabilidade

No Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado ontem, o Senado recebeu representantes de órgãos públicos do Distrito Federal e de diversos estados para compartilhar experiências sobre boas práticas de sustentabilidade na administração pública.

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, ressaltou que o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS) está cada vez mais inserido na realidade da Casa. O ponto de partida para o maior envolvimento dos servidores, afirmou Ilana, foi a redução de 90% dos copos descartáveis, que foram substituídos por copos de vidro em 2015.

— Desde então, o Senado não comprou mais copos des-

cartáveis. Acho que essa foi a primeira lição, e acredito que tenha sido o que destravou o PGLS. As pessoas entenderam que era melhor participar, e foi um ótimo resultado. Depois disso, começamos a trilhar um caminho que mudou o comportamento das pessoas. Mas ainda existem muitas pessoas que não estão sensibilizadas. E essa sensibilização é muito im-

portante para que possamos seguir em frente — disse Ilana.

O diretor-executivo de Gestão do Senado, Márcio Tancredi, destacou que, ao longo dos últimos anos, a questão ambiental tornou-se centro do planejamento estratégico das organizações, especialmente as públicas.

— O Senado tem uma série de projetos e espero que, ainda

neste mês, a gente consiga lançar a nossa estratégia de compras sustentáveis, para que possamos adquirir coisas melhores, por preços menores e mais adequadas ao uso ambiental — afirmou.

Representando a Câmara dos Deputados, o coordenador do Projeto EcoCâmara, Luiz Vicente da Costa, ressaltou que o momento é de comemoração, já que a sustentabilidade está mudando de patamar na visão das pessoas.

— O desafio é mudar uma visão cultural que existe relacionada à sustentabilidade, mostrando que vai além de simplesmente abraçar árvores e envolve muitos aspectos, como a gestão de resíduos. A gestão sustentável é ambien-

talmente adequada, economicamente viável e socialmente justa — destacou.

A representante do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Adriana Tostes, falou dos aspectos econômicos relacionados à sustentabilidade.

— O pilar econômico tem tudo a ver com os conceitos do Dia do Meio Ambiente: reduza, repense e reutilize — afirmou.

### Livro

Durante o evento, também foi lançado o livro *Viveiro do Senado em Quatro Estações: um olhar sobre a fauna, flora e arquitetura*, organizado pelo Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais da Casa.



Para Tancredi (2º à esq.), meio ambiente já está no centro do planejamento

### Precisamos de educação ambiental, afirma Jorge Viana

Jorge Viana (PT-AC) ressaltou a importância do Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado ontem. Ele lembrou a importância da educação ambiental, argumentando que a preservação é responsabilidade de todos.

— Nós somos educados do ponto de vista ambiental? Nós somos alfabetizados do ponto de vista ambiental? Você está tomando alguma atitude no sentido de ajudar a preservar, a dar sustentabilidade à vida no planeta? — questionou.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

### Ângela Portela denuncia indicação política para o ICMBio

Em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente, Ângela Portela (PDT-RR) destacou preocupação existente entre os ambientalistas com uma possível indicação política para a presidência do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Ela disse que, de acordo com carta aberta dos servidores do órgão, a indicação de Cairo Tavares destina-se apenas a atender interesses político-partidários, sem levar em conta as qualificações técnicas.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

### Pedro Chaves defende projeto para gestão e proteção do Pantanal

Pedro Chaves (PRB-MS) defendeu a aprovação do projeto que cria a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal. A proposta (PLS 750/2011) busca regulamentar o uso econômico e sustentável dos recursos do Pantanal para preservar o bioma.

Chaves lembrou que o texto, já aprovado pelas comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), foi discutido com os setores que estão diretamente envolvidos com o Pantanal.

A proposta, disse o senador, aguarda votação na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

### Valadares anuncia emendas para repor recursos cortados

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) anunciou ontem a apresentação de cinco emendas à Medida Provisória 839/2018, que cortou verbas orçamentárias a fim de compensar os subsídios dados ao diesel.

Ele destacou que o objetivo das emendas é restabelecer os recursos cortados pelo governo Temer de setores como saúde, educação e política para as mulheres. E também repor as verbas destinadas à primeira fase da construção do Canal do Xingó, em Sergipe.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

### Paulo Rocha critica política de preços de combustíveis

Paulo Rocha (PT-PA) classificou de “tresloucada” a política de preços dos combustíveis. O senador disse que a redução do preço do diesel, em resposta aos protestos dos caminhoneiros, custará mais de R\$ 9 bilhões em subsídios, prejudicando as políticas públicas voltadas aos mais pobres.

Ele cobrou menor volatilidade nos preços da estatal e um sistema de controle dos lucros de bancos e petroleiras como compensação ao subsídio aos combustíveis.



Waldemir Bonetto/Agência Senado



# Segue para a Câmara proposta para revitalizar a Bacia do Rio Parnaíba

A escassez de água é considerada um dos principais motivos para o baixo índice de desenvolvimento econômico e social da região

COM O OBJETIVO de recuperar e proteger nascentes e mananciais, a Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem proposta que prevê a revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.

De acordo com a Agência Nacional de Águas (ANA), a região do Parnaíba, em termos hidrográficos, é a segunda mais importante do Nordeste, depois apenas da Bacia do Rio São Francisco.

A região, que equivale a 3,9% do território nacional, abrange o Piauí e parte do Maranhão e do Ceará. A escassez de água é considerada um dos principais motivos para o baixo índice de desenvolvimento econômico e social do local.

O PLS 67/2017 determina metas, como a construção de estações de tratamento de água e reservatórios, e ações

de fiscalização.

O autor da proposta, Elmano Férrer (Pode-PI), lamenta que o rio sofra com o desmatamento e a poluição.

— Os afluentes do lado direito, do lado do Piauí, são todos rios periódicos e já foram todos assoreados, as matas ciliares, a vegetação do lado esquerdo, do lado direito, todos já destruí-

dos, então hoje a tendência é o rio morrer — alertou Elmano.

De acordo com o senador, apesar de necessária, a revitalização não será fácil, já que o volume de água disponível está distribuído pelo espaço geográfico de forma irregular.

A relatora, Regina Sousa (PT-PI), avalia que a proposta contribuirá para reverter a de-

gradação na bacia hidrográfica do Parnaíba e para prevenir novos impactos ambientais negativos na região.

## Emendas

Em seu relatório, Regina apresentou emendas ao texto original, acrescentando a atividade de recuperação de reservatórios hídricos e excluindo o Programa Produtor de Água e de Compra de Esgotos do governo federal por considerá-lo inadequado para uma lei de normas gerais.

O PLS 67/2017 foi aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) em junho de 2017. Como o projeto foi aprovado em decisão final, seguirá direto para a Câmara dos Deputados, exceto se houver recurso para sua apreciação pelo Plenário do Senado.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Sérgio Petecão e Pedro Chaves à mesa em reunião que aprovou a proposta

## Comissão aprova incentivo para dessalinização de água do mar

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem, em decisão final, um projeto que pretende incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas, para o consumo humano no semiárido e nas bacias hidrográficas com poucos recursos hídricos. De autoria de Eunício Oliveira (MDB-CE), o

PLS 259/2015 poderá seguir direto para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para votação no Plenário.

A dessalinização é o processo de remoção dos sais dissolvidos na água do mar ou nas águas salobras subterrâneas, produzindo água doce, que pode ser usada, principalmente, para consumo humano.

O projeto altera a Lei de Saneamento Básico (Lei 11.445, de 2007) para estabelecer o incentivo como diretriz da política federal de saneamento.

O texto também determina que a União deverá priorizar o atendimento ao consumo humano no semiárido e em outras localidades com escassez de água, na hora de decidir

sobre a alocação de recursos para incentivar a adoção de tecnologias de dessalinização.

Eunício argumenta que a proposta visa aumentar a oferta de água potável no Brasil, especialmente no Nordeste, região mais carente do recurso. A proposta recebeu o apoio do relator, João Capiberibe (PSB-AP).

## Projeto define marco temporal para se julgar infração ambiental

Proposta que estabelece marco temporal para o início da contagem dos prazos para julgamento e recurso de infrações ambientais foi aprovada ontem em decisão final na Comissão de Meio Ambiente.

Segundo o autor, Paulo Paim (PT-RS), o trecho da Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605, de 1998) que trata do assunto é impreciso e incoerente

quanto aos prazos. O projeto deve seguir para a Câmara, se não houver recurso para ir a Plenário no Senado.

O PLS 79/2016 determina que o processo administrativo para apuração de infração ambiental deve observar o prazo máximo de 30 dias, que passa a ser contado partir da conclusão da instrução do processo administrativo, para a

autoridade competente julgar o auto de infração ambiental, podendo haver prorrogação pelo mesmo período.

Pela proposta, passa a ser de 20 dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida, o prazo para o infrator apelar da condenação à instância superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) ou à Di-

retoria de Portos e Costas, da Marinha do Brasil, de acordo com o tipo de autuação.

O relator, Valdir Raupp (MDB-RO), apresentou emendas para deixar explícito que o julgamento poderá ocorrer ainda que não tenha havido apresentação de defesa ou impugnação por parte do autuado, “para que se evite a paralisação do processo”.

## Exploração irregular de recursos minerais pode ter pena mais dura

Um projeto que agrava a pena para quem pesquisar, lavar ou extrair recursos minerais sem autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a liberação obtida do poder público, foi aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente (CMA). Como o texto (PLS 63/2017) tinha decisão final na CMA, poderá seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para votação no Plenário do Senado.

O autor, Davi Alcolumbre (DEM-AP), propõe que os

infratores, hoje punidos com pena de seis meses a um ano de detenção, recebam pena de um a cinco anos de reclusão, mais multa. O texto também aumenta o rigor da medida restritiva de liberdade, já que a reclusão admite o regime inicial fechado, diferentemente da detenção.

O senador argumenta que cresce a extração irregular de areia de vales, rios e matas ciliares. Ele observa que a atividade provoca erosão e descompactação do solo, dando origem, em muitos casos, à desertificação.

O relator, Sérgio Petecão (PSD-AC), recomendou a aprovação da proposta, que trata de crime previsto na Lei dos Crimes Ambientais.

Os recursos minerais são classificados pela Constituição como bens da União. A pesquisa e a lavra deles dependem de autorização, e atividades clandestinas de exploração são crimes ambientais. Petecão esclarece que a mesma conduta é tipificada na Lei 8.176, de 1991, que define os crimes contra a ordem econômica, ao tratar do “crime de usurpação”,

que consiste em exploração de matéria-prima pertencente à União sem autorização legal ou em desacordo com a autorização. A pena é de detenção de um a cinco anos e multa.

Segundo ele, o entendimento jurídico comum é de que a conduta deve ser punida em “concurso formal de crimes”, em que o infrator, com uma só ação, pratica mais de um crime — um contra o meio ambiente e outro contra a ordem econômica. Com o projeto, será aplicada a pena mais grave, que impõe reclusão, justifica.

### RÁPIDAS

#### COMPRAS DO GOVERNO PODERÃO TER QUE SEGUIR DIRETRIZES AMBIENTAIS

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou projeto de Raimundo Lira (PSD-PB) que recomenda a preferência, nas compras por órgãos públicos, a produtos e serviços que causem menor impacto sobre os recursos naturais, reduzam o consumo de matérias-primas e a geração de resíduos, possuam maior vida útil e menor custo de manutenção. O PLS 717/2015 foi relatado por Airton Sandoval (MDB-SP) e deve seguir para a Câmara.

#### CRIAÇÃO INTEGRADA DE PEIXES E HORTALIÇAS DEVE RECEBER INCENTIVOS

Um projeto de Benedito de Lira (PP-AL) para incentivar a aquaponia (sistema que integra a criação de peixes com a hidroponia, que é o cultivo de plantas em água) foi aprovado ontem na CMA, em decisão final. O texto (PLS 162/2015) prevê incentivos fiscais, prioridade na concessão de direitos de uso de recursos hídricos e crédito rural com juro diferenciado, entre outros benefícios. O relator, Valdir Raupp (MDB-RO), defendeu a aprovação.

#### PROJETO ISENTA ATIVIDADE DE SILVICULTURA DE TAXA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

A proposta que modifica a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938, de 1981) para excluir a silvicultura (cultivo de árvores florestais) da lista de práticas poluidoras e prejudiciais ao meio ambiente e isenta a atividade da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental foi aprovada na Comissão de Meio Ambiente. Como recebeu decisão final, o PLS 214/2015, de Alvaro Dias (Pode-PR), deve seguir à Câmara. O relator foi Acir Gurgacz (PDT-RO).

#### RESERVAS EXTRATIVISTAS EM RONDÔNIA PODERÃO TER TAMANHO ALTERADO

Projeto que reduz o tamanho da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto e amplia a do Lago Cuniã, ambas em Rondônia, foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente. O PLS 206/2007 passará por turno suplementar de votação na CMA, por ter sido aprovado na forma de substitutivo de Jorge Viana (PT-AC). “Busquei uma compensação. Vamos tirar parte da área da reserva, mas acrescentar uma área maior em outra unidade”, disse Viana.

#### PROPOSTA MUDA REGRAS SOBRE CONTRATAÇÃO DE SEGURO AMBIENTAL

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem projeto que muda regras sobre contratação de seguro por parte do empreendedor para proteger o meio ambiente e terceiros contra possíveis danos. Autor do PLS 767/2015, Valdir Raupp (MDB-RO) diz que a contratação de seguro hoje é opcional e, por isso, nem todos os empreendedores o fazem. Relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apresentou relatório pela aprovação, na forma de substitutivo.